

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

*Viagem de Auguste de Saint-Hilaire ao Rio Grande do Sul (1820-1821):
O que torna legítima a apreensão de um monumento enquanto documento*

ESTELA MACHADO WINTER GALMARINO

Porto Alegre, 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

*Viagem de Auguste de Saint-Hilaire ao Rio Grande do Sul (1820-1821):
O que torna legítima a apreensão de um monumento enquanto documento*

ESTELA MACHADO WINTER GALMARINO

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul –
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em História.**

**Orientadores: Prof. Dr. Temístocles Américo Correa Cezar
Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó**

Porto Alegre, 2008.

“O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram(...)”.
Jacques Le Goff

SUMÁRIO

Introdução.....	5
1. Viagens e viajantes.....	7
1.1. O viajante-naturalista a serviço do Estado no século XIX: a viagem de Auguste de Saint-Hilaire ao Brasil.....	7
1.2. O “viajante-testemunha”.....	9
2. Os viajantes e o produto de suas viagens: o relato.....	11
2.1. Os textos de viagem sob a ótica do monumento – a noção de documento/monumento	11
2.2. A natureza homogênea e “consciente” da história contada nos relatos de viagem.....	12
2.3. De monumento a documento: a historiografia brasileira e a apreensão da literatura de viagem como fonte de informações.....	14
3. Viagem ao Rio Grande do Sul, de Auguste de Saint-Hilaire.....	18
3.1. O que torna legítimo um monumento.....	18
3.1.1. O ato de descrever.....	18
3.1.2. Afirmações e alusões.....	20
3.2. O Brasil europeu: a arte de comparar	
3.2.1. A alteridade sob a identidade.....	22
3.2.2. Observações e analogias.....	24
Conclusão.....	27
Referências bibliográficas.....	29

A noção de documento em História, ou o que leva certas produções de indivíduos, comunidades e sociedades a serem apreendidas enquanto tal constitui, ainda, objeto de muitos estudos. Mais precisamente o relato de viagem e sua utilização como fonte histórica têm sido objetos de ensaios, artigos e teses. O uso recorrente deste gênero documental na escrita da história do Brasil e do Rio Grande do Sul, no entanto, impõe-nos certas reflexões a respeito. A produção do relato, por si só, e as condições em que esta se dá, nos remetem a conceitos tão complexos quanto o de documento: o conceito de monumento, por exemplo.

Assim, o presente trabalho terá em vista uma problematização da noção de documento que levará em conta principalmente a idéia de documento/monumento evidenciada em *História e Memória*, de Jacques Le Goff. Segundo este autor, “o documento é monumento”, pois “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si próprias”.

Deste modo, nos utilizaremos, também, do que a obra de Certeau traz a respeito do lugar de onde o viajante escreve. De seu esforço em prol da “homogeneização” da história que relata, o que se dá por meio da tradução das expressões aprendidas junto aos índios; da tentativa, enfim, de atribuir uma “consciência” reconhecível à história, perante aqueles aos quais se destinam seus registros. Ou seja, a partir da análise do relato da viagem de Auguste de Saint-Hilaire ao Rio Grande do Sul, pretende-se, também, remeter o leitor à sociedade que o fabrica.

Não obstante, o primeiro capítulo deste trabalho se dedicará a discorrer brevemente sobre o que impulsiona a viagem do francês ao Brasil. Seus anseios, os incentivos e a trajetória até o país. A familiarização do leitor com o contexto de vida do viajante e suas principais referências no meio profissional, faz-se pertinente, pois visa um melhor entendimento acerca daquele cuja produção nos propomos analisar.

O segundo capítulo do presente ensaio permite ao leitor tomar conhecimento dos principais referenciais teóricos a serem utilizados. Além da já citada obra de Jacques Le Goff, do trabalho de Certeau sobre a operação historiográfica, do qual selecionamos um capítulo, em especial, onde o mesmo problematiza a escrita histórica e a relação com o *outro* que se dá por meio do relato de viagem, apreenderemos também, algumas noções constantes na obra de François Hartog. Imprescindíveis à análise que aqui nos propomos a realizar, as considerações de Hartog sobre a constituição do relato de

viagem e os mecanismos de que se utiliza para autenticar aquilo que conta sobre o outro perpassam quase por inteiro o terceiro e último capítulo desta monografia.

É o terceiro capítulo, então, que explicitará o objetivo final e principal deste trabalho. Qual seja, tendo em vista a análise de *Viagem ao Rio Grande do Sul*, de Auguste de Saint-Hilaire, elucidar alguns aspectos que tornaram possível sua apropriação como fonte histórica. Isto é, a assimilação de um monumento, fruto da fabricação de uma dada sociedade, sob um determinado contexto social e cultural, enquanto um documento. Para tanto, teremos em mente trabalhos como o de Temístocles Cezar, ao qual vão de encontro os objetivos presentes em nossa proposta: a análise da utilização do gênero relato de viagem enquanto fonte histórica e o que torna legítima sua apreensão enquanto tal.

1. Viagens e Viajantes

1.1. O viajante-naturalista a serviço do Estado no século XIX: a viagem de Auguste de Saint-Hilaire ao Brasil

Desde a “descoberta”, inúmeros viajantes europeus visitaram as terras brasileiras e rio-grandenses.¹ Imbuídos da sede de saber, estes viajantes muitas vezes foram financiados pelo Estado e pela alta aristocracia de seus países de origem. No século XIX, os viajantes-naturalistas, em especial, constituíram elos úteis no estabelecimento de relações entre o Novo Mundo e os novos Estados europeus.

A coleta de dados e envio de informações científicas aos museus e jardins botânicos europeus tornara-se um dos principais objetivos destes viajantes. Nos primórdios do século XX, von Hagen fará alusão no prefácio de sua obra, ao desmedido impulso de coletar, separar, classificar:

“As armas mais ofensivas desses homens de conquista são as latinhas para as suas coletas, os sextantes, as pinças, pois que seus heróis são os naturalistas, os cientistas que revelaram a América do Sul ao mundo”.²

Von Hagen escreve a respeito dos representantes de uma geração anterior à de Saint-Hilaire e seus contemporâneos. O que move estudiosos como Alexander von Humboldt, por exemplo, é, num primeiro momento, a curiosidade e o desejo de conhecer mais. Sua expedição à América Latina é financiada, antes de tudo por suas próprias economias. Auguste de Saint-Hilaire, devido às relações de amizade estabelecidas com Kunth, colaborador de Humboldt, sofrerá forte influência deste.

Todavia, segundo Kury, a vertente romântica da história natural, fundada entre outros por Humboldt e adotada por Saint-Hilaire, é também uma ciência prática, voltada para a satisfação das necessidades das populações européias e para o fortalecimento material e simbólico da nação que representavam.³

¹ A região que compreende o atual Estado do Rio Grande do Sul foi elevada à condição de capitania com o nome de Capitania do Rio Grande de São Pedro, em 1760. Ver RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti e FÉLIX, Loiva Otero. *RS: 200 Anos Definindo espaços na história nacional*, p.164. Mais de um século após, com a Proclamação da República, a Capitania passou a constituir um Estado.

² Von HAGEN, W. *A América do Sul os chamava*, p. 9.

³ KURY, L. B. *Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar*, p. 2.

Fato que se torna evidente quando é tomada como exemplo a viagem de Auguste de Saint-Hilaire ao Brasil e os motivos que a impulsionaram.

Auguste François César Prouvençal de Saint-Hilaire chegou ao Brasil com 37 anos, em 1816. Membro da aristocracia francesa, sua educação foi delegada, pelo pai, a monges beneditinos. Em 1789, com a eclosão da Revolução Francesa, Saint-Hilaire é enviado a Hamburgo, Alemanha, para residir em companhia de uma tia. Ali aprende a língua alemã e entra em contato com os estudos de Humboldt e Bonpland, nomeados naturalistas que percorreram a América do Sul. De volta à França, Saint-Hilaire passa a estudar botânica no Museu de História Natural, de onde partirá, posteriormente, para aprimorar seus estudos no *Jardins do Rei*, em Paris.⁴

A partir de então, como botânico e fisiologista, Saint-Hilaire anseia contribuir com novas descobertas que venham enriquecer o herbário do Museu de História Natural da França. Em 1816, o naturalista viaja ao Brasil acompanhando a missão oficial da Embaixada do Duque de Luxemburgo, cujo objetivo era encontrar solução para o conflito que opunha Portugal e França quanto à posse da Guiana, passado o período napoleônico.

Já no Brasil, a intenção do viajante-naturalista, a serviço do Estado francês, é prestar à ciência e a seu país informações relevantes sobre a fauna e a flora brasileiras e descobrir plantas próprias à tintura para serem introduzidas na Guiana Francesa.

Ainda que Saint-Hilaire fosse movido, também, por questões pessoais relacionadas à sua busca por experiência profissional e aprendizado, era ao interesse comercial e científico de seu país que servia. Sob uma ideologia utilitarista, ou “filantrópica”⁵, é que os anseios dos viajantes-naturalistas e do Estado uniam-se em prol de um bem comum. Assim,

⁴ Cf. VENTURELLA, A. L. T. Índios e Negros na Literatura: a Ótica dos Viajantes Franceses. In: FLORES, M. *Negros e Índios Literatura e História*, p. 94.

⁵ Como consta em Kury, talvez a melhor definição da atitude científica dos viajantes-naturalistas de início do século XIX, seja a de filantropia, respeitando o significado que o termo tinha na época: “Filantropia é na língua francesa um neologismo do século XVIII para designar uma virtude que consideravam natural do ser humano, que é o amor por seu próximo (...). A filantropia é um valor aos olhos da elite européia d fins do século XVIII e do século XIX (...). Ela age como um pano de fundo a justificar as ambições nacionais e pessoais, já que os interesses privados eram vistos como coletivos.” In: KURY, L. B. *Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar*, p. 3.

“(...) a viagem científica é, no Iluminismo tardio, uma atividade que ultrapassa as fronteiras do que qualificamos hoje em dia como ‘puramente científico’. A análise das narrativas de viagem de Auguste de Saint-Hilaire e a documentação relativa à sua estadia no Brasil indicam a adequação de empreitada aos critérios de cientificidade e de utilidade vigentes nos meios oficiais e acadêmicos de início do século XIX”.⁶

1.2. O “viajante-testemunha”

O viajante-naturalista, que coleta dados, registra e remete informações científicas aos seus pares e patrocinadores na Europa, será do mesmo modo, ainda que involuntariamente em alguns momentos, o observador assíduo do cotidiano dos povos que o Novo Mundo acolheu e, de modo especial, daqueles que, via de regra, já habitavam os territórios brasileiros e rio-grandenses alguns milhares de anos antes do início do processo de colonização luso-espanhol no continente americano. Depois dos animais e das plantas, é às pessoas, seus hábitos e modos de vida, na cidade e no interior, que o viajante irá observar e será também sobre seus atos e tendo em vista o que contam, comprovam ou afirmam que este irá testemunhar.

O testemunho em si, sua apreensão como prova documental e os questionamentos que daí advém constituem o tema central a que se propõe este trabalho. Neste capítulo, no entanto, a idéia é ainda suscitar a familiarização do leitor com nossa testemunha. Isto é, o viajante-naturalista, neste caso, Auguste de Saint-Hilaire.

Na viagem pelo território rio-grandense, onde percorreu mais de dois mil quilômetros, Saint-Hilaire contou com o conhecimento e a experiência de militares, estancieiros e seus empregados, os quais guiaram-no por regiões até então desconhecidas pelo botânico francês. Acompanhava-no também um criado francês.

Em meio às anotações diárias em que faz referência a espécimes da flora, ao clima, Saint-Hilaire registra com riqueza de detalhes os hábitos da população, suas tradições e as “leis” que regem os povos do Rio Grande do Sul. Narrador minucioso, o viajante dá seu testemunho segundo as observações que realiza e os depoimentos que recolhe. A despeito de sua opinião pessoal, discorre sobre certas práticas na Capitania:

“Antes do governo do Marquês de Alegrete, predecessor do Conde de Figueira, os criminosos desta Capitania eram enviados ao Rio de Janeiro para aí serem julgados. Mas, como nessa distante cidade se tornava difícil reunir provas suficientes para condená-los, e como ninguém agisse contra eles, era costume deixá-los padecer durante vários anos nas prisões,

⁶ KURY, L. B. *Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar*, p.3.

terminando por libertá-los sem julgamento. O Marquês de Alegrete solicitou e obteve do rei a criação de uma Junta Criminal, que deve reunir-se anualmente, composta do general, do ouvidor e do juiz-de-fora de Porto Alegre, do juiz-de-fora do Rio Grande e o de Rio Pardo, e de dois Desembargadores, que moram atualmente em Porto Alegre (...). Este ano, ela se dissolveu depois de haver julgado quatro indivíduos, entre os duzentos acusados que estão encarcerados em Porto Alegre. Segundo o depoimento de um dos membros da junta, os crimes são muito freqüentes nesta Capitania, principalmente entre os negros, o que não é de se admirar, devido ao costume, no Rio de Janeiro, de mandar vender aqui todos os escravos de que se querem livrar”.⁷

Além dos depoimentos que reúnem e que servirão mais tarde de suporte às publicações de suas viagens pelo Brasil, Saint-Hilaire é testemunha ocular de diversas situações relatadas em seu diário de viagem. Segundo Paul Ricouer, a especificidade do testemunho consiste justamente no fato de que a asserção de realidade é inseparável de sua junção com a autodesignação de sujeito que testemunha, sendo que daí resultaria a fórmula típica do testemunho: “eu estava lá”;⁸ ou, “pude eu próprio verificar”:

“Fui hoje jantar na casa de campo do Conde, onde me mostrou duas vacas com atributos próprios do sexo masculino. Os traços da cabeça assemelham-se aos do touro; a vulva é menor e menos próxima do ânus do que nas vacas comuns; as quatro tetas são muito pequenas e por baixo trazem dois corpos grossos, ovóides, semelhantes aos testículos do touro; laçada uma delas e dominada, pude eu próprio verificar a existência dessa espécie de testículos, apalpando-os e fazendo-os mover (...)”.⁹

O relato de viagem, mais precisamente o que aqui nos propomos a analisar, é permeado de testemunhos, tanto de Saint-Hilaire, quanto das pessoas influentes e conhecidas com as quais depara-se nos lugares que visita. No entanto, o que torna dignos de fé estes testemunhos, institucionalizando-os como provas documentais históricas na posteridade, e legitimando-os enquanto fontes diante de representantes da própria historiografia do Brasil do século XX? Ou, para fazer uso das expressões de Jacques Le Goff, o que faz de um monumento, um documento?

⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, p. 34.

⁸ RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*, p. 172.

⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, p. 32.

2. Os viajantes e o produto de suas viagens: o relato

2.1. Os textos de viagem sob a ótica do monumento – a noção de documento/monumento

Segundo Le Goff, o *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que, segundo o autor, só numa parcela mínima são testemunhos escritos.¹⁰

Já através do *documento*, para os representantes da escola positivista do século XIX, se daria a fundamentação do fato histórico. E ainda que a seleção da fonte resulte de uma decisão do historiador, o documento escrito parece aí se apresentar por si mesmo como prova histórica. Assim, à intencionalidade do monumento, opor-se-ia a objetividade do documento.¹¹

No decorrer das primeiras décadas do século XX, todavia, os fundadores da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*” (1929) chamam a atenção para a necessidade de ampliação da noção de documento. A partir de então, de acordo com Le Goff, assiste-se a uma verdadeira “revolução documental”:

“Esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos(...)”.¹²

A extensão da idéia de documento via revolução documental, no entanto, não distancia o historiador de seu principal dever, pelo contrário, é independente deste: o dever de realizar a crítica do documento – qualquer que seja ele – enquanto monumento. Isto é, os documentos podem reivindicar estatutos políticos, religiosos, científicos, como é o caso do relato de viagem de um naturalista. Ainda assim, não deixarão de constituir um produto da sociedade que os fabricou segundo relações de forças que aí detinham o poder. Desta forma, só a análise do documento enquanto monumento é que

¹⁰ GOFF, Jacques Le. *História e Memória*, p. 536.

¹¹ Idem, p. 536.

¹² Idem, p. 541.

permite sua recuperação à memória coletiva e seu uso científico por parte do historiador.

Assim como Le Goff, Michel Foucault menciona a necessidade da crítica ao documento, do “questionar do documento”, o qual por si só não faz da história, memória; pois a história, para uma sociedade, nada mais é do que “uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa”.

A tarefa primordial da história já não consiste mais em interpretar o documento e determinar se diz a verdade, e sim trabalhá-lo em seu interior e elaborá-lo:

“Digamos para resumir, que a história, em sua forma tradicional, se dispunha a ‘memorizar’ os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos”.¹³

A análise do relato de viagem de Auguste de Saint-Hilaire, naturalista europeu que visitou o Brasil no século XIX e o Rio Grande do Sul, mais especificamente, entre 1820 e 1821, deve deste modo passar pela interpretação do documento enquanto monumento. Dito de outro modo há que se levar em conta sob que lugar social dá-se a fabricação do documento/monumento. Quem o fabrica e para quem o fabrica.

2.2. A natureza homogênea e “consciente” da história contada nos relatos de viagem

Como já foi referido, não apenas os nomes científicos das plantas são mencionados por Saint-Hilaire em seu relato. O viajante-naturalista acaba por ocupar-se também dos hábitos dos portugueses que vivem na Colônia, de suas tradições, trabalho, alimentação, bem como dos costumes e comportamentos indígenas. Seu objetivo principal nas terras do Novo Mundo constituiu-se na pesquisa, como botânico, visando contribuir para com o crescimento científico de seu país. Suas observações sobre os povos nativos do Rio Grande do Sul, entretanto, remetem-nos a um diferente campo

¹³ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*, p. 8.

científico, cujo estatuto se fixa durante o século XVII e recebe de Àmpere o nome de etnologia.¹⁴

À etnologia, segundo Certeau, correspondem quatro noções que parecem organizar seu campo científico: a *oralidade* (comunicação própria da sociedade selvagem ou primitiva, ou tradicional), a *espacialidade* (quadro sincrônico de um sistema sem história), a *alteridade* (a diferença que apresenta um corte cultural), a *inconsciência* (estatuto de fenômenos coletivos referidos a uma significação que lhes é estranha e que não é dada senão a um saber vindo de algum lugar).¹⁵

Assim, na sociedade selvagem, a partir da suposição de uma palavra que circule sem saber a quais regras silenciosas obedece¹⁶, é que se estabelece o objetivo da etnologia: articular estas regras numa escrita e organizar o espaço do outro num quadro de oralidade.

O interesse e apreensão científicos do espaço do outro pela etnologia se diferenciaria do estudo histórico no que diz respeito às relações estabelecidas com as condições da vida social. Segundo Lévi-Strauss, a história organizaria seus dados segundo as expressões conscientes daquela; já a etnologia, deter-se-ia nos aspectos inconscientes da mesma.¹⁷

O que se observa nos escritos dos viajantes da modernidade, no entanto, como é ressaltado por Certeau, é, pelo contrário, um exercício etnológico – já que se propõe a falar do outro por ele mesmo – que resulta numa história consciente e homogênea. As investigações operadas por esses viajantes contam, assim, muito mais deles próprios do que dos indígenas por eles observados:

“(…) A história é homogênea nos documentos da atividade ocidental. Atribui-lhes uma ‘consciência’ que pode reconhecer. Desenvolve-se na continuidade das marcas deixadas pelos processos escriturários: contenta-se em organizá-los, quando compõe um único texto através dos milhares de fragmentos escritos, onde já se exprime o trabalho que constrói (faz) o tempo e que lhe dá consciência através de um retorno sobre si mesma.”¹⁸

Tendo em vista esta constatação, é que se faz necessária a apreensão do conhecimento acerca de quem escreve o relato, suas aspirações, seus objetivos e para

¹⁴ Cf. consta em CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*, p. 211.

¹⁵ Idem, p.211.

¹⁶ Idem, p.211.

¹⁷ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie structurale*. Apud CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*, p.212.

¹⁸ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*, p.212.

quem o escreve. Pois mesmo que estes textos de viagens e quadros etnográficos constituam o produto de pesquisas, observações e práticas dos viajantes, permanecem sendo “relatos que um meio se conta”¹⁹:

“Um narrador, pertencente ao grupo *a* contará *b* às pessoas de *a*: há o mundo em que se conta e o mundo que se conta”.²⁰

Assim, a par de alguns aspectos da vida e do contexto sócio-científico sob os quais Saint-Hilaire decidiu-se a acompanhar a expedição francesa ao Brasil e tendo em vista as reflexões de Certeau e as incitações que nos traz a obra de Le Goff, podemos avançar no estudo do texto de viagem do francês Auguste de Saint-Hilaire. Estudo que primará pela análise do relato levando em conta sua apreensão enquanto documento. Para tanto, teremos em mente a condição “monumental”, anterior a sua apropriação como fonte histórica. Isto é, que este documento representa, enquanto monumento, a produção de uma sociedade, sob uma época e contextos próprios a ela²¹.

Antes de tudo, no entanto, torna-se pertinente indagar: em que momento passamos a reconhecer neste monumento uma fonte de informação? O que o torna digno de ser analisado enquanto documento, independente das interrogações posteriores a este reconhecimento?

2.3. De monumento a documento: a historiografia brasileira e a apreensão da literatura de viagem como fonte de informações

“Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de copiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto”.²²

À produção de documentos corresponde a apreensão de monumentos enquanto fontes históricas. A operação técnico-historiográfica aí utilizada consiste no isolamento de um grupo de elementos e na “desfiguração” de suas partes, constituindo-as, num

¹⁹ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*, p. 213.

²⁰ HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*, p. 229.

²¹ GOFF, Jacques Le. *História e Memória*, p. 547.

²² CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*, p. 81.

segundo momento, como peças que preencham lacunas de um conjunto proposto *a priori*.²³

Assim, os usos dos textos de viagem na literatura e escrita da história brasileira vêm, de modo geral, ratificar uma idéia já estabelecida pelo escritor:

“A pouca devoção dos brasileiros e até das brasileiras é coisa que se impõe aos olhos de todos os viajantes estrangeiros (...). Auguste de Saint-Hilaire, que visitou a cidade de São Paulo pela semana santa de 1822, conta-nos como lhe doía a pouca atenção dos fiéis durante os serviços religiosos. *Ninguém se compenetra do espírito das solenidades* – observa. *Os homens mais distintos delas participam apenas por hábito, e o povo comparece como se fosse a um folguedo (...)*”.²⁴

Por outro lado, podem vir reforçar certos argumentos acerca de um fato cujas versões conhecidas e recolhidas se contradizem. De qualquer forma, os relatos de viagem constituem, ao longo das primeiras décadas do século XX, embaixadores da história brasileira e sul-rio-grandense contada nos livros.

Honório Rodrigues, em sua *Teoria da História do Brasil*, alerta sobre o cuidado que se deve dispensar quando da utilização de relatos de viajantes como fonte histórica, algo que “exige uma apreciação crítica para cada caso”, isto é, para cada relato e seu respectivo narrador. Tanto é assim, que Martius, Spix e Saint-Hilaire são tidos como viajantes de “grande prudência e capacidade crítica nas suas observações sobre costumes e nosso meio social”, enquanto que outros nomes citados, de acordo com o autor, “cujas informações são frutos da precipitação e da ligeireza, devem ser examinados com rigor”²⁵.

As considerações de Rodrigues parecem reivindicar o papel de manual metodológico no auxílio à seleção das fontes pelos historiadores. Em se tratando de relatos de viagem, o professor é enfático:

“Smedt exemplifica com o caso de um viajante que ouve dizer que aquêlo ano foi de grande abundância, tendo havido belas colheitas. Para verificar a certeza da informação, ele procura conhecer a pessoa que fala. Se é um velho proprietário, por exemplo, que vive nos arredores há longos anos, apaixonado pela estatística e que, nesse particular, lhe fornece todos os meios para se esclarecer, não há razão para duvidar de sua informação. Se, por acaso, é o filho

²³ Ver também BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador* (p. 51-52) e FEBVRE, Lucien. *Combates pela História* (p. 18-20). Ambos os autores defendem a idéia de que o historiador é, na realidade, um selecionador, que inicia seu estudo e *escolhe* suas fontes tendo em vista perguntas-problema previamente formuladas, como refere Febvre.

²⁴ HOLANDA, S. Buarque de. *Raízes do Brasil*, p.143.

²⁵ RODRIGUES, J. Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.417-418.

desse velho proprietário, que vive muito mais na cidade e só vem ao campo por motivo de prazer, e que soube por ouvir dizer, seu testemunho é pouco seguro.”²⁶

A apreensão da narrativa de viagem por certos autores brasileiros, entretanto, independeu das conclusões do professor Honório Rodrigues. Anos antes da primeira edição de sua obra era já publicado *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, de Capistrano de Abreu, onde a *Viagem ao Rio Grande do Sul*, de Saint-Hilaire é conclamada, em dado momento, a dizer mais ao leitor sobre a obra jesuítica nas Missões.²⁷

É o mesmo autor, também, que remete a Saint-Hilaire certas observações realizadas em sua obra e que denotam aspectos específicos, em sua opinião, da formação do rio-grandense:

“Os mineiros, afirma, não se apegam ao seu país. Com efeito, nem um hábito particular ali os retém, e não lhes custa acharem outro melhor. Acresce que a inteligência, que lhes é natural, garante-lhes por toda a parte meios fáceis de subsistirem. Os habitantes desta capitania, ao contrário, nunca saem de sua terra, porque sabem que alhures seriam obrigados a renunciar a andarem sempre a cavalo e em parte alguma achariam carne em tamanha abundância”.²⁸

O relato de viagem é, desse modo, tomado como fonte de informação. O monumento é tornado documento, ao mesmo tempo em que serve à confirmação das assertivas do autor.

Sérgio Buarque de Holanda, no sexto capítulo de *Raízes do Brasil* – intitulado “Novos Tempos” – salienta a limitada repercussão das campanhas liberais que precederam à proclamação da Independência no Brasil, entre o povo. Como forma de reforçar sua afirmação, Holanda destaca as impressões registradas por Saint-Hilaire quando de sua viagem pelo interior brasileiro:

“A massa do povo – diz – ficou indiferente a tudo, parecendo perguntar como o burro da fábula: Não terei a vida toda de carregar a albarda?”²⁹

²⁶ RODRIGUES, J. Honório. Teoria da História do Brasil, p.417.

²⁷ Ao referir a destruição das Missões Jesuíticas, no século XVIII, e sua permanência em mãos espanholas até 1801, “quando desertores e aventureiros as conquistaram para Portugal” (p. 84), Capistrano de Abreu sugere ao leitor que consulte o relato publicado por Saint-Hilaire, de sua passagem pelo Rio Grande do Sul, mais precisamente o trecho em que este desenvolve uma conversa com certo coronel Paulet, o qual atualiza-lhe sobre os fatos ocorridos nas Missões.

²⁸ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, p. 325.

²⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage au Rio Grande do Sul*, p.581 Apud HOLANDA, S. Buarque de. *Raízes do Brasil*, p.154.

Da mesma forma o manuscrito de Saint-Hilaire é assimilado pelos escritores da História do Rio Grande do Sul. A descrição dos traços físicos e das características comportamentais dos guaranis das Missões e a relação disto com sua permanência entre os jesuítas, como relatado pelo viajante, é utilizada pelo autor como forma de oferecer embasamento à sua escrita, enquanto garante, diante do que apresenta ao leitor, maior imparcialidade diante dos fatos:

“(…) Foram os primeiros a ter aldeias permanentes, os “pueblos” organizados pelo Jesuíta no Oeste do nosso território, e sua área de domínio estendeu-se até a Lagoa dos Patos. Em 1820, Saint-Hilaire assim os descreve: *...são em geral homens de porte médio, parecendo pequenos devido à largura desconforme de seus corpos. Têm o pescoço muito curto, a cabeça grande e alongada, cara larga, olhos compridos, estreitos e um pouco divergentes; sobrancelhas negras, cheias e arqueadas(…)*. Os guaranis são de uma feiúra extrema e têm na fisionomia uma expressão de baixeza, devida unicamente ao sentimento de inferioridade, dependência e cativo a que se acham reduzidos atualmente”.³⁰

O mesmo autor validará certos dados demográficos, percentuais e numéricos, contidos em sua obra, a partir do relato de viagem de Saint-Hilaire. Ao fazer referência ao número de habitantes da Província de Rio Grande de São Pedro, em 1814, Cesar menciona os registros do botânico quando de sua passagem pelo Rio Grande do Sul:

“(…) Cinco anos depois, quando Saint-Hilaire por aqui passou, os homens de cor, excluídos os índios, foram calculados em 26010, para 32000 brancos, o que dá pouco menos de 45% para os primeiros. Nessa mesma época, a futura Vila de Rio Grande, numa população de 5125 almas, registrava 1391 negros e mulatos escravos, contra 1195 brancos, enquanto o número de negras e mulatas era de apenas 379 para 1388 brancas”.³¹

O recurso a números, cifras, pretende conferir ao relato um maior grau de objetividade. Pois o narrador se preocupa com a exatidão do registro. E estes dados vêm proporcionar ao seu texto marcas que tornam mais difícil a dúvida do receptor.³² Tanto é assim que muitas das descrições que permeiam o relato de Saint-Hilaire são acompanhadas de dados demográficos e taxonômicos, cuja consistência contribui sobremaneira para a apreensão da narrativa enquanto documento. O ato da descrição constitui, deste modo, uma das principais características legitimadoras do relato-monumento enquanto documento.

³⁰ CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*, p. 23.

³¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, p. 53, 82, 102 Apud CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*, p. 31.

³² CEZAR, Temístocles A. C. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica, p. 52-53.

3. Viagem ao Rio Grande do Sul, de Auguste de Saint-Hilaire

3.1. O que torna legítimo um monumento

3.1.1. O ato de descrever

A descrição se faz presente desde as primeiras páginas da publicação de Saint-Hilaire. As observações físicas e sociais realizadas pelo viajante nas regiões visitadas quando de sua estadia na atual região do Rio Grande do Sul são registradas em seu diário e descritas em minúcias. Em raros momentos, no entanto, Saint-Hilaire deixa de apresentar-se ao leitor como o profissional da área de botânica a serviço no Brasil. O fato de suas descrições virem permeadas de registros numéricos e de nomes científicos que designam as espécimes de plantas - por sua vez pesquisadas e coletadas pelo naturalista - contribuem para uma aparência mais objetiva e científica do relato. A isenção do narrador, neste caso, dá a idéia de ser quase que total, diante do que é visto e registrado:

TORRES, 6 de junho. “(...) exigi de meu guia a permanência aqui, por um dia. Aproveitei para pôr em ordem minhas coleções e passear pelos montes denominados Torres. Tendo já descrito uma parte que fica ao norte, vou concluí-la. É alongado, desigual e quase totalmente coberto de relva; o avanço que faz para o mar é arredondado como uma torre; oferece às ondas uma muralha de rochedos cortados a pique e termina por um terraço onde vegeta uma erva rasteira. Pelos flancos do monte crescem, em alguns lugares, duas espécies de cactus, uma grande *eryngium*, bromeliáceas e arbustos, entre os quais reconheci, com surpresa, a mirtácea denominada pitanga (...)”.³³

O relato de viagem de Auguste de Saint-Hilaire contém, ao mesmo tempo, dados demográficos e econômicos em grande quantidade. Em visita à cidade de Rio Grande, o botânico levanta, junto ao respectivo cura do local, dados que vão desde a extensão de sua paróquia até ao número de indivíduos que ela compõem:

“Segundo me informou o cura do Rio Grande, a sua paróquia mede, aproximadamente, sessenta léguas de comprimento, por vinte de largura, compreendendo, em 1819, 5125 indivíduos, a saber: 1195 brancos, 1388 brancas, 17 índios, 26 índias, 61 mulatos livres, 98 mulatas livres, 32 negros livres (...), 1391 negros e mulatos escravos, 879 negras e mulatas escravas”.³⁴

³³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, p.13.

³⁴ Idem, p.77.

A intervenção do narrador sobre o que relata, neste momento, pretende ser mínima. Sua participação na descrição, é vislumbrada, num primeiro momento, apenas através da transmissão de dados, os quais lhes são informados pelo cura da paróquia. A forma como se apresenta o relato neste instante, o torna, de fato, digno de ser apreendido como um documento histórico. Tamanha é a preocupação do narrador com a simples transcrição dos dados, denotada através do discorrer preciso e objetivo dos fatos.

Quando, no entanto, o viajante toma conhecimento de certa prática através de alguém, tendo a oportunidade de presenciá-la e narrar também o que vê ao leitor, assim o fará, como fica evidente nos trechos que seguem:

“O Tenente Vieira possui um rebanho de ovelhas que, como os demais da região, permanece sempre nos campos, mas é guardado por um desses cães, chamado ovelheiro (...). Eis o que me contou o tenente sobre esses animais. Toma-se um cachorrinho, antes que tenha aberto os olhos, separa-se da mãe, obriga-se uma ovelha a amamentá-lo, e constrói-se-lhe um pequeno abrigo no meio do rebanho. Os primeiros seres vivos que se oferecem à sua vista são os carneiros; o cachorro acostuma-se a eles, toma-lhes afeição e erige-se em seu defensor, repelindo com valentia os cães selvagens e outros animais que os vêm atacar. Habitua-se a vir comer pela manhã e à tarde na estância; além disso, nunca mais abandona o rebanho e, quando as ovelhas se afastam da casa, priva-se até de alimento para acompanhá-las”.³⁵

Na seqüência do diário de viagem e por meio da oportunidade que se apresenta, Saint-Hilaire tratará de ratificar, junto ao leitor, a prática apenas citada anteriormente. Desta vez, o próprio narrador é quem presencia a preparação de cães em vias de se tornarem ovelheiros:

“Ao voltar de minha herborização, chamaram-me para ver amamentar cãesinhos, destinados a ser ovelheiros. As ovelhas estavam presas no curral; pegaram uma delas, logo derrubada de lado e imobilizada por dois homens. Puseram junto dela dois cachorrinhos, que se precipitaram às tetas, chupando-as com avidez. Depois soltaram a ovelha; e os cãesinhos foram encerrados, com alguns cordeiros, numa casinhola, colocada no meio do curral. Fazem amamentar esses animais duas vezes ao dia e, quando começam a comer, tem-se o cuidado de só lhes dar carne cozida, para que não devorem os cordeiros”.³⁶

Aqui, como em outros momentos de seu relato, Saint-Hilaire registra o que vê. Nem sempre, contudo, é o próprio narrador testemunha ocular daquilo que descreve. Aliás, a autópsia, “marca de enunciação que prova a verdade do relato por uma fórmula

³⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, p. 96-97.

³⁶ Idem, p. 108-109.

que implica a presença física do narrador na cena descrita”³⁷ é pouco utilizada pelo viajante ao longo de seu manuscrito. É neste momento, então, que entra cena um outro elemento, o qual garantirá ao leitor do texto a fidedignidade daquilo que é relatado, qual seja, a reconhecida sobriedade e honestidade daquele que conta ao narrador.

3.1.2. Afirmações e alusões

A presença do narrador na cena descrita no relato, o olho como marca de enunciação tende a ser recebido como uma forma de intervenção mais confiável do que a escuta, isto é, o “ouvir dizer”.³⁸ Quando faz uso deste mecanismo, no entanto, o narrador procura balizar, de alguma forma, o que é relatado por uma testemunha indireta. Neste caso, a autenticação da assertiva dá-se por meio da verificação do grau de confiabilidade a que está sujeita a testemunha, e que leva em conta sua idade, experiência, hombridade e instrução.

Saint-Hilaire recorre frequentemente, em seu relato, a este método. Na impossibilidade de constatar pessoalmente o que lhe é relatado, o viajante refere ao receptor de seu texto, condições que conferem legitimidade ao que apresenta:

“Entre a região que percorri e o mar, encontra-se um belo lago, muito estreito, de doze léguas de comprimento, e que, começando à altura de Tapera, se estende, paralelamente, à Lagoa Mirim e ao mar, até ao Capão do Franco, a uma légua e meia da Estância do Curral Grande. Nos mapas dá-se-lhe o nome de Lagoa da Mangueira (...). Entre a Lagoa da Mangueira e o mar, à altura da Estiva, junto à Estância do Velho Terras, o solo se eleva e forma uma espécie de corcova, que se estende à altura da Estância de João Gomes. Essa elevação recebeu, devido a sua forma, o nome de Albardão, que significa albarda grande e, daí, a denominação de Lagoa do Albardão. Tais pormenores obtive dos habitantes da região que me pareceram bastante instruídos”.³⁹

Apesar de ter percorrido a região e tornar-se ciente do nome dos lagos que descreve através de mapas (fontes oficiais), Saint-Hilaire desconhece a origem do nome da elevação a que todos chamam Albardão. Assim, recorre aos conhecimentos dos

³⁷ CEZAR, Temístocles A. C. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica, p. 49. Sobre a autópsia, que “fundamenta a veracidade das proposições” de um narrador, ver HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*, p. 273-80.

³⁸ Conforme considerações apresentadas por Hartog in: HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*, p. 274.

³⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, p. 103.

habitantes locais, adiantando ao leitor que estes lhe pareceram “bastante instruídos”. Ou seja, que o leitor pode, nas informações prestadas, confiar.

Em geral, o viajante soma às suas próprias observações durante a viagem, dados que lhe são fornecidos e/ou informados. De posse de um documento escrito, contudo, o narrador parece, à primeira vista, renunciar ao recurso da verificação do grau de confiabilidade de seu fornecedor:

“Vou transcrever o extrato dos dados de exportação do Rio Grande, durante vários anos, e que me foi fornecido pelo Sr. Chaves. ANO DE 1816. Carne Seca. Para o Rio de Janeiro, 169879 arrobas; Bahia, 23637; Pernambuco, 215136 (...)”.⁴⁰

No entanto, as habilidades do Senhor Chaves⁴¹ foram já mencionadas anteriormente, ao longo das páginas que o viajante dedica à sua passagem por Rio Grande. Antes mesmo de transcrever seu extrato de exportações, Saint-Hilaire já se refere ao charqueador como “um dos homens mais esclarecidos da região”.⁴²

Não obstante, em outros trechos do relato, observa-se, face à utilização de dados mencionados por habitantes das respectivas regiões visitadas, o recurso à nobreza de caráter do informante, sua honestidade e honradez:

“Segundo me informou esse honrado homem, o Rio Tramandaí se lança no lago, junto ao Sítio do Inácio, local em que o lago toma o seu nome (...)”.⁴³

E:

“Um padre espanhol, digno de fé, que foi obrigado a deixar Entre-Rios, onde era cura, e a se refugiar em Porto Alegre por ser fiel ao Rei, assegurou-me (...) que antes mesmo das primeiras hostilidades, os estancieiros portugueses haviam muitas vezes invadido as terras dos espanhóis, retirando daí grande número de bovinos (...). Quanto às selvagerias que alguns portugueses atribuem aos partidários de Artigas, parece, segundo o testemunho dos mais respeitáveis oficiais, que têm sido inteiramente recíprocas”.⁴⁴

⁴⁰ Idem, p. 83.

⁴¹ Em realidade, Saint-Hilaire faz referência a Antônio José Gonçalves Chaves, responsável pela construção da charqueada São João, em Pelotas, no ano de 1810.

⁴² Idem, p. 73.

⁴³ Idem, p. 17.

⁴⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, p. 41. Saint-Hilaire faz menção, neste ponto, às questões que envolveram espanhóis e luso-brasileiros na disputa pela Banda Oriental do Uruguai, ao longo das primeiras décadas do século XIX e que culminaram na declaração de independência da República Oriental do Uruguai em 1828 (para mais informações a este respeito, ver Guazzelli, Cesar A. B. *O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no rio da Prata*. Porto Alegre: UFRGS, 2002).

De qualquer modo, o viajante escreve aquilo que *ouve dizer*. E por mais que, através da enunciação da qualidade de suas testemunhas, busque junto ao leitor sua credulidade com relação aos fatos e as situações descritas, estes não representam nada mais do que a reprodução de um relato original, ao qual autenticam e que os autenticam⁴⁵. Assim, ao narrador não cabe mais do que dizer o que é dito. Segundo Hartog,

“esse empilhamento de narrações e o jogo de enunciação são fundamentais para que a narrativa possa fazer crer (...) Ele mostra também [o narrador] que faz seu dever (...), não sendo crédulo, nem mentiroso – numa palavra: provando que é crível”.⁴⁶

A autenticação se faz presente também quando se travam relações entre o viajante e aqueles os quais encontra sob o Novo Mundo em expansão. Quando se tenta, sob a ótica do olhar – dito científico - do *mesmo*, descobri-lo no *outro*.

3.2. O Brasil europeu: a arte de comparar

3.2.1. A alteridade sob a identidade

Os diários de viagem do naturalista em visita ao Brasil no século XIX reivindicam um estatuto de cientificidade, denotado principalmente através da linguagem que é utilizada, mas também da relevância dispensada à observação da flora e, em menor grau, da fauna brasileira. Todavia, os registros de Saint-Hilaire são compostos de momentos que delatam precisamente o lugar de onde se fala e para quem se fala. Segundo Saint-Hilaire, “o que prova quanto cuidado os jesuítas tinham para com os índios, o respeito que lhes inspiravam pela doutrina cristã e como sabiam fazê-la necessária”, é o fato de que:

“se encontra ainda grande número de guaranis que sabem e ensinam a seus filhos o catecismo, em língua vulgar, e as orações que os padres da Companhia de Jesus tinham composto”.⁴⁷

⁴⁵ HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*, p. 300.

⁴⁶ Idem, p. 301.

⁴⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, p.280.

Apesar de admitir, logo em seguida, que a prática registrada acima pode não passar de um instrumento articulado em torno apenas da memória, Saint-Hilaire a registra. Segundo Certeau, esta relação com a tradição religiosa, por um lado, e com o homem selvagem, por outro, é consequência de uma política e de uma razão novas, as quais engendram um outro funcionamento da escrita e da palavra e que se processam entre os séculos XVI e XVIII, tendo início com a descoberta do Novo Mundo, o fracionamento da cristandade e as clivagens sociais que as acompanham.⁴⁸

De acordo com o autor, estes relatos, denominados aqui “lendas” científicas, simbolizam, na realidade, “as alterações provocadas numa cultura pelo seu encontro com uma outra”. Pois, “as experiências novas de uma sociedade não desvelam sua “verdade” através de uma transparência destes textos: são aí transformadas segundo as leis de uma representação científica própria da época.”⁴⁹

A palavra escrita, bem como a falada, traz em si o discurso do *mesmo*, apesar de se propor a contar o *outro*. Sua referência e conservação, no caso da língua dos guaicurus, a qual Saint-Hilaire dedica-se a traduzir algumas expressões, depende justamente de que lhe seja auferido algum sentido em comparação à língua do viajante:

“Ouvi essas índias conversar entre si, e notei em sua pronúncia os caracteres da fala, comuns a todas as línguas indígenas. Entretanto essa língua me parece distinta das outras por uma prosódia que não possuem; são mais claros os sons e menos guturais. O ‘r’ se pronuncia, na verdade, de maneira muito exagerada, mas esse rotacismo causa até certo agrado. Escrevi algumas palavras guaicurus ditadas por essas mulheres, mas não tive tempo de fazer em seguida a leitura para elas (...)”.⁵⁰

O que Saint-Hilaire logo após tratará de fazer:

“Quando estive em Belém, o major mostrou-me um guaicuru que, pouco depois, atravessava o Rio Uruguai e se refugiara no campo. Disse-nos ser de uma aldeia chamada São Xavier, que não fica, acrescentou ele, muito longe de Santa Fé e de Rio Salgado. Deixei-o estupefato lendo-lhes as palavras de sua língua, que me foram ensinadas por mulheres guaicurus. Achou-as quase todas exatas e deu-me outras, que copio em seguida a este diário”.⁵¹

A tradução das expressões ouvidas dos índios materializa-as, oferecendo um significado àquilo que não é senão um buraco no tempo, diante da ausência de sentido.⁵²

⁴⁸ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*, p.213.

⁴⁹ Idem, p. 213.

⁵⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, p.213.

⁵¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, p. 234.

⁵² CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*, p. 215.

Essa mesma operação que produz e preserva, legitima, diante daquele que busca no relato uma fonte de saber, a apreensão do mesmo. A tradução conduz-nos até a nomeação e a nomeação revela-se um modo de classificação.

“Ora, quem classifica, nomeia e traduz é o viajante. De fato, o viajante é aquele que sabe os nomes: no espaço geográfico, sabe recortar os nomes dos lugares; no tecido dos acontecimentos, sabe recortar os nomes dos atores principais (...). Ele sabe, para os que o escutam, dar o nome (considerando-se o que a proferição sonora comporta de saber e importa de poder tanto sobre os que escutam, quanto sobre a coisa nomeada)”.⁵³

Assim, Saint-Hilaire dedicará momentos de seu relato às listagens daquelas que considera palavras, traduzidas diretamente, da língua dos guaicurús, cujo sentido renova-se diante da linguagem moderno-ocidental européia. Ao mesmo tempo em que *pigome* significa céu, *navarrèra* sol e *ivariàke* água, *atamaki* designa igreja, *Làssigo* Deus e *ivó* casa. Segundo Hartog,

“Uma retórica da alteridade é, no fundo, uma operação de tradução: visa a transportar o outro no mesmo (*tradere*) – constituindo portanto uma espécie de *transportador da diferença*”.⁵⁴

Em suma, ao realizar a tradução das expressões dos guaicurús para sua língua, o viajante estabelece, pouco a pouco, que “entre ‘aquém e ‘além’, não são tanto as coisas que diferem, mas sua aparência, pois, no conjunto, a natureza humana é a mesma e só a língua é outra”⁵⁵. No entanto, a língua é traduzível e, portanto, a diferença é suscetível de ser apreendida:

“Entre o Antigo e o Novo Mundo, a tradução é o que mantém e reduz a distância oceânica, constituindo, ao mesmo tempo, a marca sempre presente do corte entre ambos (...)”⁵⁶.

3.2.2. Observações e analogias

Além dos aspectos acima já mencionados como entre aqueles que legitimam a apreensão de um *monumento* enquanto um *documento* há que se fazer referência à relevante arte da comparação. Não diferente dos viajantes do “maravilhoso”⁵⁷, que se

⁵³ HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*, p. 260.

⁵⁴ Idem, p. 252.

⁵⁵ Idem, p.252.

⁵⁶ Idem, p.252.

⁵⁷ Segundo trabalhos recentes como os de Sheila K. Staudt, que se propõem a analisar a construção do olhar sobre crônicas de viagem, os relatos do século XVI (tomados como exemplo pela graduanda os de

utilizam da analogia para bem caracterizar os animais e seres exóticos encontrados nas terras do Novo Mundo, Saint-Hilaire fará uso da comparação como forma de assegurar ao receptor de seus relatos a possibilidade de visualizar, através da leitura o que ali é descrito. Além disso, a comparação é mais um instrumento que contribui para o aumento do grau de confiabilidade daquilo que é narrado. Diante de algo que se assemelha àquilo que lhe é familiar, o viajante envolve o leitor sob uma descrição que prova ser cada vez mais confiável e digna da credibilidade de seu destinatário. As analogias com relação à França, recorrentes no relato de viagem do botânico, remetem também ao público para o qual se destinam os registros efetuados durante sua estadia no Brasil:

“Esta manhã o dia estava radiante, mas à tarde se cobriu de nuvens, provocando uma chuva fina, semelhante à que cai freqüentemente na França, durante o mês de novembro”.⁵⁸

Assim como o clima, a vegetação da região remete Saint-Hilaire às características de sua terra, permitindo-lhe da mesma forma, instigar os leitores de seu relato, tendo em vista a paisagem e a flora sob a qual habituaram-se a viver, a um exercício de imaginação pouco exaustivo:

“Após o chá, estive herborizando num mato pantanoso, que cresce perto da estância. As árvores que o compõem são muito grandes, desprovidas de folhagem, sem brotos, ramos tortuosos e estendidos. Sob elas, pequenos arbustos com folhas e, aos seus pés, crescia uma erva que apresentava no momento bela coloração verde. Esse bosque lembra-me os de meu país, ao começo da primavera. Uma *cerastium*, aqui muito vulgar, parecida com a *estalária* francesa comum, auxiliou, ainda, a ilusão”.⁵⁹

Por meio das freqüentes alusões à França, Saint-Hilaire garante aos seus pares, isto é, àqueles aos quais destina-se o seu texto – pelo menos num primeiro momento – a aproximação com o mundo descrito. Permite-lhes visualizar o que narra, por meio de recursos previstos na historiografia. Segundo Hartog,

“Tecida do mundo em que se conta, a comparação faz ver. Diretamente: *a* é como *b*; ou analogicamente: *a* é para *b* como *c* é para *d*. Operador de tradução, ela filtra o outro no mesmo. Ficção narrativa, que tem como garantia o olho do viajante ou o saber do narrador, visa a convencer o destinatário”.⁶⁰

Léry e Thevet), apresentam-se, “talvez por buscarem as diferenças mais marcantes em comparação com as coisas as Europa (...), impregnados de um enorme maravilhamento, surpresa e curiosidade”, p.20.

⁵⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, p.17.

⁵⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, p. 108.

⁶⁰ HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*, p. 245.

Desta forma, as descrições, principalmente de plantas, de lugares, mas mesmo de animais e pessoas, por vezes vêm acompanhadas de certos paralelos na narrativa de Saint-Hilaire. Ao descrever o zorrilho, por exemplo, o viajante utiliza-se, também, da comparação:

“Os zorrilhos são comuns nesses campos; sentimos muitas vezes seu odor fétido, mas foi hoje que vi um deles pela primeira vez (...) Pareceu-me do tamanho de uma fuínha; sua cauda, coberta de longo pêlo, estava torcida sobre o dorso e ele fugia, saltando”.⁶¹

A semelhança de tamanho entre o zorrilho e a fuínha – animal do qual já se tinha conhecimento na Europa - concedeu ao narrador o direito de compará-los. O paralelo estabelecido entre ambos e a descrição que se segue, oferece aos leitores do relato a possibilidade de chegar mais próximo à visualização exata daquilo que minuciosamente se discorre sobre o animal encontrado. O paralelo é, portanto uma ficção que faz com que o destinatário veja como se estivesse lá, mas dando a ver uma outra coisa.⁶²

“Esse verdadeiro modo de conhecimento, que é o conhecimento por comparação”⁶³ constitui-se assim em mais um meio, dentre os que foram mencionados acima, de contribuição para a apreensão do gênero relato de viagem, como fonte de informações; pelo que foi analisado aqui – a título de exemplo –, em especial pela historiografia brasileira de inícios do século XX.

⁶¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, p.140.

⁶² HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*, p. 242.

⁶³ HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*, p. 244.

A análise do relato de viagem de Auguste Saint-Hilaire, tomado enquanto monumento permitiu-nos entrar em contato com os mecanismos que permeiam seu texto e legitimam a apreensão do mesmo enquanto documento. Ao realizar a leitura crítica da produção do botânico, deparamo-nos não só com a reivindicação de cientificidade que o caracteriza, seja através dos nomes científicos que classificam as plantas ou dos dados demográficos e mesmo econômicos que o compõe, mas também com certos aspectos já evidenciados através de outras análises deste gênero documental.

Partindo de uma breve descrição dos fatos mais marcantes da vida do viajante e daqueles aspectos que o motivaram a seguir a viagem para o Brasil, pretendemos familiarizar o leitor com o que caracterizou, durante o século XIX, a passagem dos viajantes-naturalistas pelas terras do Novo Mundo. Isto é, o impulso coletor e classificatório europeu. Saint-Hilaire, no entanto, não se deteve apenas na análise das plantas e da fauna rio-grandenses. Teceu comentários a respeito dos costumes e das tradições com os quais se deparou. Registrou certas práticas comuns aos habitantes e, fundamentalmente, testemunhou-as. Quando não, indicou testemunhas, seus nomes, atributos, enfim, a confiabilidade de que demonstravam serem dignas. A utilização desse mecanismo, em conjunto com os outros citados ao longo do trabalho, é o que permite, em dado momento, que o relato de viagem possa ser apreendido como fonte histórica.

A menção a autores da historiografia brasileira e o uso de algumas de suas citações, fez-se necessária a partir do momento em que tivemos em vista, como ficou explicitado ao final do segundo capítulo deste ensaio, ilustrar aquilo que afirmamos desde as primeiras páginas do mesmo. Que o relato de viagem, apropriado como documento, constituíra no princípio um monumento. A partir de então, tendo por base as considerações de Hartog sobre o relato de viagem e a relação com o outro explicitada através deste gênero, nos dispomos a analisar a produção de Saint-Hilaire.

Além de remeter a testemunhas excepcionais os seus registros, como forma de prová-los fidedignos, o viajante utiliza-se de comparação para tornar ciente o destinatário de seu relato das características do clima e da vegetação das regiões que visita e de suas semelhanças com a França. Prática que denota, também, como se pode concluir por meio da leitura crítica do relato, para quem ele é escrito ou a que público destina-se.

Tendo em vista os “artifícios” utilizados pelo autor durante a produção do relato, independente de sua intencionalidade, concluímos que a apreensão de um monumento enquanto documento está diretamente relacionada a eles. O que permitiu a apropriação do texto de viagem como fonte histórica pelos citados escritores da História do Brasil e do Rio Grande do Sul dependeu em grande medida dos mecanismos que permitiram evidenciar nele “marcas de verdade”, para citar Temístocles Cezar. Ou seja, sinais reconhecíveis, verossímeis – como quando Saint-Hilaire compara o zorrilho à fuinha, por seu tamanho – e indicativos de realidade.

Deste modo e através desta análise concisa, mas objetiva do relato de viagem de Auguste de Saint-Hilaire, acreditamos ter prestado nossa contribuição à elucidação das questões que envolvem a apropriação dos “monumentos” fabricados pelas sociedades enquanto documentos pela escrita da história.

Referências Bibliográficas:

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1954.

ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1938. p. 55-105.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CEZAR, Temístocles Américo Correa. *Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Souza (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica*. In: *História em revista*. Pelotas, RS Vol. 6 (dez. 2000), p. 37-58.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.p 3-20.

GOFF, Jacques Le. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.p.535-549.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p. 225-314.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

KURY, Lorelai B. *Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar*. Intellèctus (Revista Eletrônica), Rio de Janeiro, v. Ano 2, n.3, p. 1-11, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura. As Fronteiras do Exótico: O Antropólogo e o Viajante. In: ANTELO, Raúl (Org.). *Identidade e Representação*. Florianópolis: UFSC, 1994.

OLIVEN, Ruben George. O processo de construção da identidade gaúcha. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. e FÉLIX, Loiva Otero.RS: *200 Anos Definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF Editora, 2002. p. 164-170.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.p. 155-192.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil (Introdução Metodológica)*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 2002.

STAUDT, Sheila Katiane. *Crônicas de Viagem dos Séculos XVI e XIX: a construção do olhar* [manuscrito]. Porto Alegre, 2006. 42p.

VENTURELLA, Ana Lúcia Torresini. Índios e Negros na Literatura: a ótica dos Viajantes Franceses. In: FLORES, Moacyr (Org.) *Negros e Índios. Literatura e História*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

Von HAGEN, Victor W. Prefácio. In: *A América do Sul os chamava: explorações dos grandes naturalistas: La Condamine, Humboldt, Darwin, Spruce*. São Paulo: Melhoramentos, [19--].